



NÃO SE META COM MEUS FILHOS: GÊNERO, FAMÍLIA E DISCURSO
CONSERVADOR NA CRISE DEMOCRÁTICA LATINO-AMERICANA

DON'T MESS WITH MY CHILDREN: GENDER, FAMILY AND CONSERVATIVE
DISCOURSE IN THE LATIN AMERICAN DEMOCRATIC CRISIS

Viviane da S. Araujo

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
viviane.araujo@unila.edu.br

Resumo

O artigo analisa a oposição à agenda de igualdade de gênero que vem ocupando um lugar de destaque no debate político atual. Mobilizando preceitos morais religiosos contra um Estado ao qual acusam de “ideologizar” seus filhos, movimentos contrários à inclusão de temas como igualdade de gênero e combate à homofobia nos currículos escolares crescem e, ainda quando se afirmam apolíticos, favorecem a ascensão de lideranças políticas ultraconservadoras. Primeiramente, o artigo explora o discurso contra a chamada “ideologia de gênero” na América Latina e, em seguida, analisa o surgimento do *Con Mis Hijos No Te Metas*, que surge no Peru em 2016 e rapidamente se espalha pela região. Por fim, aborda a polêmica sobre um decreto destinado ao combate à violência doméstica e analisa como líderes religiosos e de movimentos pró-família confrontaram a defesa da família e o conceito de democracia.

Palavras-chave: Gênero; Família; Discurso conservador; Crise democrática

Abstract

The article analyzes the opposition to the gender equality agenda that has occupied a prominent place in the current political debate. Mobilizing religious moral precepts against a state that they accuse of “ideologizing” their children, movements against the inclusion of themes such as gender equality and combating homophobia in school curricula grow and, even when they claim to be non-partisan, they favor the rise of ultra-conservative political leaders. First, the article explores the discourse against the so-called “gender ideology” in Latin America and then analyzes the emergence of *Con Mis Hijos No Te Metas*, which emerged in Peru in 2016 and quickly spreads across the region. Finally, it addresses the controversy over a decree aimed at combating domestic violence and analyzes how religious leaders and pro-family movements confronted the defense of the family and the concept of democracy.

Keywords: Genre; Family; Democracy; Conservative speech; Democratic crisis.

1. A oposição à agenda da igualdade de gênero no contexto político latino-americano

Nos últimos anos, diversos países da América Latina vêm experimentando a ascensão de

lideranças políticas sustentadas em pautas conservadoras nos costumes e ultraliberais na economia, com discursos que combinam uma agenda de recrudescimento do neoliberalismo com a mobilização de valores morais de cunho religioso – em uma retórica de defesa da vida, inocência das crianças e integridade da família. A família, no singular, é acionada nesses discursos como o pilar da sociedade e aparece em planos de governo de candidatos que se elegeram por partidos tradicionais – caso de Mario Abdo Benítez, eleito presidente do Paraguai em 2018 pelo Partido Colorado – mas alavanca, sobretudo, a construção de lideranças *outsiders*, que ganham notoriedade política articulando pautas de grande apelo popular, entre as quais o combate à corrupção, à violência urbana e à chamada “ideologia de gênero”, como vimos no caso brasileiro.

Flávia Biroli (2018) chama a atenção para o fato de que no Brasil, a Câmara que aprovou, em abril de 2016, o prosseguimento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, contou com um número significativo de deputados e deputadas que justificaram seu voto favorável ao afastamento da presidenta evocando a família – palavra citada por 110 parlamentares presentes na sessão. Foi a mesma Câmara que em dezembro daquele ano aprovou a PEC 241 – Proposta de Emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos, comprometendo os investimentos públicos em educação, tecnologia, saúde e assistência – e que em 2017 aprovou uma nova legislação trabalhista que reduziu drasticamente as garantias de trabalhadoras e trabalhadores no país. Para a cientista política, o projeto em curso envolvia não só uma redefinição dos rumos da economia, mas um recuo do pacto social estabelecido desde a Constituição de 1988. Entretanto, a politização das questões em torno da sexualidade e das conquistas dos movimentos feministas e LGBTI é que foram entendidas como ameaças à “família brasileira” neste contexto (BIROLI, 2018: pp 84-85).

Embora a construção da “ideologia de gênero” como o inimigo a ser combatido tenha ganhado força no Brasil desde a polêmica em 2011 em torno dos materiais didáticos produzidos pelo projeto *Escola sem Homofobia*, apelidado de “kit gay” por seus opositores, a expressão esteve novamente no centro do debate político nas eleições presidenciais de 2018. O então candidato e hoje presidente da República Jair Bolsonaro construiu sua candidatura combinando um discurso de combate: à corrupção dos partidos tradicionais, especialmente de esquerda; à doutrinação supostamente praticada por professores em escolas e universidades e às políticas afirmativas, taxadas como “coitadismo” do negro, do nordestino, da mulher, dos gays (BERTONI, 2018). Em entrevista concedida ao jornal *Estado de São Paulo* em 2017, o próprio Bolsonaro admite que a

polêmica sobre o “kit gay” foi uma catapulta para a sua carreira política, sobretudo por sua capacidade de mobilizar o tema nas redes sociais, com postagens que alcançaram milhões de pessoas. De acordo com os dados apresentados pelo *Estado de São Paulo*, uma postagem de Bolsonaro feita no Facebook em janeiro de 2016 que afirmava que “Livros do PT ensinam sexo para criancinhas na escola”, alcançou 38,4 milhões de pessoas, o vídeo anexado ao post foi assistido por 8,2 milhões e mais de 283 mil pessoas compartilharam a postagem (GODOY, 2017).

O discurso de reação à agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual ganhou contornos de defesa da infância, da vida, dos valores da família e dos princípios morais cristãos, contra um Estado que teria a intenção de interferir na vida privada das famílias e de se sobrepor à vontade dos pais, estimulando as crianças a uma sexualização precoce, principalmente por meio de modificações no currículo escolar. Em diversos países da América Latina, a mobilização contra a implantação de programas escolares que abordam a equidade de gênero e o combate à homofobia cresceu nas ruas e nas redes sociais, adquirindo – ao lado da reação contra pautas como a legalização do casamento homoafetivo, a adoção de filhos por casais homossexuais, a descriminalização do aborto e aos direitos de pessoas transgênero – um papel importante para a ascensão de lideranças que trouxeram o discurso moral religioso para o centro da disputa política.

Na Costa Rica, por exemplo, o rechaço ao programa *Educación para afectividad y sexualidad integral*, lançado pelo Ministério de Educação Pública em 2017, e ao parecer favorável à adoção do casamento homoafetivo no país pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em janeiro de 2018 mudou o cenário das eleições presidenciais daquele ano. O candidato ultraconservador Fabricio Alvarado, que terminava o seu primeiro mandato como deputado federal, mas era mais conhecido nacionalmente como cantor de música evangélica, aparecia em 6º lugar em pesquisa divulgada em novembro de 2017 (ENCUESTA, 2017), mas após a onda de manifestações contra a decisão da CIDH passou a crescer a cada nova pesquisa, terminando o primeiro turno das eleições em primeiro lugar. Em seu plano de governo, Alvarado se apresenta como um *outsider*, que não se considera um político no sentido tradicional do termo, entendendo o projeto do Partido Restauración Nacional como uma transformação não só política, mas cultural, moral e espiritual – “baseada nos princípios cristãos que orquestram a tradição judaico-cristã ocidental que marca o nosso desenvolvimento com repercussão em todos os campos do fazer humano” – afirmando também a intenção de “eliminar todo vestígio da ideologia de gênero na educação e das instituições públicas do país, por ser contrária à idiosincrasia judaico-cristã costa-riquenha e

por abordar o problema da discriminação de uma maneira fragmentária e parcial”¹ (PRN, 2018). Embora tenha conquistado o primeiro lugar no primeiro turno das eleições, no segundo é derrotado pelo candidato governista Carlos Alvarado, mostrando que se a pauta anti “ideologia de gênero” gerou uma polarização profunda, não foi capaz, contudo, de levar a extrema direita à presidência do país.

Na Colômbia, a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à adoção de filhos por casais homossexuais, a campanha contra o novo material didático de educação sexual para o ensino básico e o rechaço ao uso da palavra “gênero” no acordo de paz com as FARC estiveram no centro do debate público no segundo semestre de 2016. Ao mesmo tempo em que a senadora Viviane Morales reunia milhões de assinaturas para o projeto de proibir que casais homossexuais ou pessoas solteiras adotassem filhos, cresciam em várias cidades e nas redes sociais mobilizações contra a implantação do material escolar *Ambientes escolares libres de discriminación* – levando à renúncia da ministra Gina Parody. Ascendiam também discursos que associavam a aprovação do acordo de paz com as FARC com a expansão da agenda de gênero nas políticas públicas do país, devido à criação de uma Subcomissão de Gênero a fim de tratar de problemas como o sexismo e a violência contra a mulher como parte do debate dos *Acuerdos de Paz de La Habana*.

A vitória do *Não* no plebiscito que referendaria o acordo de paz realizado em outubro de 2016 se articula a causas complexas. Para o cientista político Yann Basset (2018), o voto dos setores populares urbanos teve um peso decisivo para a vitória do *Não*, pois estes grupos intermediários não teriam se sentido contemplados pelo discurso de paz e temiam ser esquecidos após o fim dos conflitos. Já para Cristina Vélez e Laura Castro (2018), o clima de pânico moral gerado pela campanha da senadora Viviane Morales contra a adoção de filhos por casais homossexuais, assim como a aversão à cartilha de educação sexual produzida pelo Ministério da Educação por setores conservadores, influenciaram o rechaço a um acordo de paz que buscava o fim a meio século de guerra civil no país. De qualquer forma, ainda que o acirramento do embate em torno do enfoque de gênero não tenha sido sua única causa, o voto pelo *Não* foi influenciado por declarações como a do então procurador da Corte Suprema de Justiça Alejandro Ordóñez de que votaria contra o acordo por razões morais, pois por meio do deste o governo estaria desenhando políticas públicas baseadas na mesma concepção de gênero presente na cartilha de educação sexual do Ministério da Educação, a fim de redesenhar em nosso ordenamento jurídico, a família, o casamento, o

¹ As traduções dos textos em espanhol são livres e de minha autoria.

direito à vida e à liberdade religiosa (EL POLÉMICO, 2016).

Para o caso específico da reação contra projetos de educação sexual integral nas escolas, a expressão “ideologia de gênero” tem sido uma ferramenta de comunicação muito eficaz, pois ao mesmo tempo que cria o inimigo a ser combatido, permite angariar o apoio de pais e mães que não querem abraçar uma causa política, mas apenas defender seus filhos e filhas de uma suposta ameaça; recorre a valores cristãos, mas não reivindica explicitamente suas ações como uma investida religiosa sobre um Estado laico; contrapõe a objetividade biológica dos genes XX e XY à subjetividade da categoria de gênero e; além disso, permite escapar de uma linguagem abertamente sexista ou homofóbica, sempre que haja interesse ou necessidade de evitá-la.

Seja simplificando excessivamente os temas que aborda ou criando um cenário de caos moral, o combate à chamada “ideologia de gênero” lança mão de referências binárias fáceis de entender. Dos tradicionais cartazes com dois blocos de cores azul e rosa e uma mensagem curta e precisa escrita em letras brancas usados pelo movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* – nascido no Peru e hoje presente em vários países – aos vídeos postados nas redes sociais explicando os supostos interesses subversivos que estariam por traz de programas educativos e demais políticas públicas, a conclusão a que se chega com é que um menino é um menino e uma menina é uma menina, e que a categoria “gênero” não teria qualquer embasamento científico, causando apenas confusões e distorções.

Para citar apenas um entre os numerosos exemplos de contraposição entre a ideia da verdade biológica *versus* “deturpação ideológica”, criada por grupos feministas e LGBTI que trouxeram suas agendas para o campo de batalha por meio das Ciências Humanas e da política, temos a matéria publicada na revista *VIVE!* em maio de 2018 intitulada “Os enganos da ideologia de gênero”. Entendendo o sexo biológico como sinônimo de sexualidade humana, a revista católica equatoriana afirma que “permitir que uma criança ou adolescente escolha um mal chamado 'gênero' é um atentado direto contra sua própria identidade sexual” (PERAZZO, 2018). Nestes termos, apresentando seus argumentos como uma verdade autoevidente que no limite nem necessitaria recorrer à religião para ser defendida, a matéria publicada opõe o dado objetivo, biológico e binário – os genes “XY” e “XX”, como marcadores genéticos que garantem que todo ser humano nasce homem ou mulher – ao conhecimento sociológico, “parcial” e subjetivo que criou a categoria “gênero”.

A Igreja Católica, as igrejas neopentecostais e outros associados mais ou menos

diretamente ao discurso religioso combatem não só a suposta ideologia que estaria encoberta, mas a própria noção de “gênero”, a qual comporta as implicações de uma série estereótipos forjados a partir de expectativas de comportamento, impostas sobre homens e mulheres desde o nascimento. A percepção de que estas diferenças não são naturais, mas historicamente construídas no seio de nossa sociedade e que, portanto, também são passíveis de serem modificadas, contraria os valores cristãos, cujos papéis tradicionais do homem e da mulher e seu lugar correspondente na família de marido e mulher, pai e mãe, organizam todo o sentido da humanidade. Combater as assimetrias de gênero corresponderia para estes grupos, combater a própria ordem natural humana.

Com uma interpretação limitada e distorcida do significado das categorias de gênero e sexualidade, estes grupos religiosos e conservadores chamam a atenção de pessoas que não conhecem as ideias mais complexas produzidas há décadas por intelectuais que identificaram as diferenças socialmente construídas acerca do significado de ser homem e ser mulher, bem como a heteronormatividade, como causas estruturais de diversas desigualdades e violências em nossa sociedade. Nesse sentido, vale a pena citar o argumento de bell hooks (2018) sobre o potencial que a luta contra o sexismo, o qual se combinou historicamente com questões de raça e de classe, tem para transformar não apenas a vida das mulheres, mas de todos e todas aquelas que combatem opressões, a fim de constituir sociedades mais democráticas, e que por isso o feminismo não é só para as feministas, mas para todas as pessoas.

Estudiosos sustentam que a sexualidade, por sua vez, não se reduz nem ao sexo biológico nem às relações sexuais propriamente ditas, mas combina aspectos biológicos, reprodutivos, socioafetivos e morais que se expressam por meio da identidade pessoal, das relações sociais e vínculos afetivos entre as pessoas. A sexualidade, portanto, não pode ser reduzida a uma condição binária determinada geneticamente, mas está associada ao corpo, às diferentes sensações, ao desenvolvimento da afetividade, da identidade pessoal e da autoestima (SÁEZ & MORÁN FAÚNDES, 2016).

Entretanto, o discurso conservador vêm convencendo pais e mães de família de que políticas criadas para favorecer a igualdade de direitos e de oportunidades e direitos humanos básicos seria, na verdade, uma ideologia imposta por grupos marginais que ascenderam politicamente e pressionam o Estado para aprovar sua agenda – o chamado “lobby gay”. Por isso, ainda que o combate à categoria “gênero” remonte a meados da década de 1990 – com as reações

do Vaticano e de líderes que participaram da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994 – foi a ampliação de políticas públicas que abordam demandas pela igualdade de gênero e direitos LGBTI, sobretudo na primeira década nos anos 2000, que popularizou o termo e fez o seu combate ganhar as ruas, as redes sociais, influenciando rumos da vida política. Desse modo, embora a “ideologia de gênero” não exista como categoria acadêmica e científica, ela existe sim na linguagem política e tem favorecido a desinformação por meio de deturpações e de fake News, comprometido a aplicação de projetos, especialmente no campo da educação, para a promoção de uma sociedade mais democrática a médio e longo prazo.

2. *#ConMisHijosNoTeMetas*

O movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM) foi criado no Peru em dezembro de 2016, a fim de organizar a oposição contra a implantação do enfoque de gênero na educação por meio do novo Currículo Nacional que entraria em vigor em 2017. Do Peru, o movimento rapidamente se expandiu pela América Latina. Hoje se encontra também em países europeus e nos Estados Unidos.

Em seu canal oficial do Facebook, o CMHNTM Peru, que logo estaria também nas plataformas do YouTube, Twiter e Instagram, descreve-se como “um coletivo civil formado por cidadãos responsáveis, que buscam um desenvolvimento e crescimento saudável para seus filhos”. A auto apresentação do CMHNTM Argentina traz de maneira mais clara o combate à chamada “ideologia de gênero” e o setor da educação como o seu campo de disputa: “é um movimento cidadão que nasce como reação à imposição da Ideologia de Gênero em nossos filhos por meio do setor educativo”. Em posts que organizam marchas e convocam simpatizantes em diversos países, apresentam objetivos como o combate à “ideologia de gênero”, a defesa de uma educação sexual científica e biológica, uma “educação sem erotização” e declaram-se independentes de qualquer ideologia política ou religiosa e defendem-se da acusação de homofobia, que em muitos países onde o movimento está presente é prevista como crime.

A este respeito, buscando apresentar seus argumentos como objetivos e imparciais, Christian Rosas, fundador e porta-voz do movimento no Peru, produziu um vídeo explicando porque a homofobia sequer existiria, sustentando um discurso que pareça lógico e neutro e não um fundamentalismo cristão (GONZÁLEZ VÉLEZ, 2018). Neste vídeo postado pela primeira vez na página oficial do movimento no Facebook e em seu canal do YouTube em setembro de 2018,

Rosas compara a atração sexual com qualquer outro gosto ou preferência pessoal e, para enfatizar o grau de insensatez do uso do termo homofóbico para caracterizar o movimento, faz uma analogia com dois termos inexistentes: “cevichéfóbico”, para caracterizar quem não gosta de ceviche, e “futebolfóbico”, para quem não gosta de futebol. Adverte então que o termo homofobia não tem nenhum sentido real, objetivo, e serve apenas para silenciar qualquer pensamento contrário. Concluindo que se uma preferência pessoal não precisa ser protegida pelo Estado e pela sociedade, mas apenas respeitada, quem não apoia a homossexualidade ou, em suas palavras “os direitos inventados pela ideologia de gênero”, precisa ser igualmente respeitado (CMHNTM, 2018).

Em abril de 2020 o mesmo vídeo foi repostado no Facebook do CMHNTM como reação a uma das medidas de combate ao COVID-19 tomada pelo governo peruano, aquela que estabeleceu um rodízio de isolamento social em dias alternados para homens e mulheres, alertando para que as forças policiais respeitassem as pessoas transgênero. Nesta nova postagem há ainda um texto no qual os seus autores afirmam que seria importante recordar que o sexo é algo objetivo, enquanto a transexualidade seria um “transtorno mental” tal como a bulimia e a anorexia. E que por isso, medidas baseadas, segundo o CMHNTM, na “mentira”, serviria apenas para atentar contra seus opositores, concluindo, mais uma vez, que “a homofobia não existe”.

Embora o movimento não reivindique uma vinculação direta às igrejas católica e evangélicas, Daniela Meneses (2019) sustenta que até para os participantes mais anônimos que respondiam às postagens realizadas no Facebook do CMHNTM Peru, havia uma intenção dessas pessoas de atuar como pastores, guiando aos demais como um rebanho para o caminho da salvação. Em sua pesquisa *netnográfica* realizada a partir das mensagens postadas não apenas pelos administradores da página, mas pelas pessoas comuns que participam das discussões por meio de comentários feitos nos posts, Meneses defende que, embora não sejam representantes oficiais de uma instituição religiosa, ao mesmo tempo em que denunciavam os males que estariam por traz das ideias presentes no novo currículo escolar, procuravam agir como mensageiros da verdade de Deus (MENESES, 2019: p. 138).

Outra vinculação a qual as lideranças do movimento não reivindicam, mas que está claramente presente em seu horizonte de atuação, é a articulação com partidos políticos. Em uma postagem realizada no Twitter do CMHNTM Peru em 9 de janeiro de 2019, uma enquete é lançada para os seus seguidores: “qual partido você crê que melhor representa a defesa da vida e da

família?” Os mais de 3500 votantes da enquete garantem quase 50% para o partido fujimorista *Fuerza Popular*, partido com vários representantes que vêm apoiando marchas e reivindicações do coletivo desde o seu surgimento.

Figura 1 – Twitter @CMHNTM Peru – captura de tela



No contexto da criação do CMHNTM, o Congresso Nacional peruano, dominado pela oposição fujimorista, havia forçado a renúncia do ministro da educação Jaime Saavedra, que exercia o cargo desde 2013 e foi o único ministro a ser mantido por Pedro Pablo Kuczynski após a sucessão presidencial de 2016. O pedido de afastamento do ministro partiu do principal partido opositor, o *Fuerza Popular*, liderado pela ex-candidata à presidência Keiko Fujimori, e embora se justificasse a partir da denúncia de atos de corrupção, ganhou força também por seu apelo de combate às reformas em curso a fim de introduzir o tema da igualdade de gênero como um dos eixos básicos da reforma curricular.

A sucessora de Saavedra frente ao Ministério da Educação (MINEDU), Marilú Martens, deu continuidade à implantação do Currículo Nacional 2017, num momento em que o CMHNTM ganhava força, reunindo um número cada vez maior de pessoas em suas marchas e ultrapassando 150 mil *likes* em sua página do Facebook ainda no primeiro semestre daquele ano (MENESES, 2019: p. 134). Em entrevista concedida ao portal *Educación em Red*, logo no início de sua gestão que durou menos de um ano, a ministra afirmou que estava aberta para o diálogo com o movimento, afirmando que em conversa com representantes do CMHNTM explicou-lhes que o que estava em jogo no currículo nacional era um enfoque na igualdade de oportunidades, deveres e direitos entre homens e mulheres, a fim de promover nas escolas um ambiente de

respeito, tolerância e de valorização da diversidade. Assumindo um discurso conciliador, Marilú Martens reconhece a família como o primeiro formador das crianças e adolescentes e que “nós no Ministério da Educação, somos um complemento da formação dos estudantes” (MINEDU, 2017).

Apesar do discurso apaziguador da nova ministra, a campanha contra o currículo se acirrou nas ruas e nas redes sociais ao longo de 2017 e contou com o apoio de parlamentares ligados a ala mais conservadora da Câmara como Carlos Tubino, Milagros Salazar, Juan Carlos Gonzáles e Nelly Cuadros, que se tornou uma das mais importantes vozes contra o enfoque de gênero nas políticas públicas no Peru (FUJIMORISMO, 2017). Diante do crescimento do movimento, logo após as marchas que tomaram as ruas das principais cidades do país no dia 4 de março de 2017, o governo admitiu algumas modificações no currículo, com a esperança de que definições mais detalhadas de termos como gênero, identidade e educação sexual acalmaria os ânimos de seus opositores. No entanto, não foi o suficiente e junto a outros grupos como *Padres em Acción*, recorreram à justiça para que as menções ao enfoque de gênero fossem totalmente retiradas do novo currículo.

Nas marchas, nos cartazes espalhados em viadutos e erguidos em praças e nas redes sociais, o movimento CMHNTM adverte que as alterações realizadas pelo MINEDU no documento não eliminaram o enfoque de gênero que combatiam e seguiam levando o perigo de “homossexualizar” os estudantes e desestabilizar o núcleo familiar. O novo documento incluiu um glossário que explica os termos sexo, gênero, identidade, educação sexual integral, igualdade de gênero, orientação sexual e sexualidade, definindo do sexo como “determinado pela natureza desde o nascimento”, gênero como “papéis e condutas atribuídas pelas diferentes sociedades e culturas a homens e mulheres, entendidos a partir de uma dimensão sociocultural, e não exclusivamente biológica” e Igualdade de gênero como “a igual valorização dos diferentes comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens” (RESOLUCIÓN, 2017). E, embora nenhuma parte do texto traga menções ou estímulo à mudança de orientação sexual e sexualidade nas crianças e jovens, a associação entre a abordagem das questões de gênero e sexualidade no currículo escolar com o incentivo à homossexualidade e à transexualidade aparecem no discurso do CMHNTM desde a fundação do movimento e vem sendo utilizada para atacar as ações do Ministério da Educação de maneira recorrente.

Do Peru, o lema e a hashtag *#ConMisHijosNoTeMetas* rapidamente se espalhou, servindo

de bandeira para pais e mães vestidos com camiseta azul, para os homens, e rosa, para as mulheres, tornando-se o movimento contra a “ideologização” de seus filhos mais expressivo da América Latina. O orgulho da internacionalização do movimento fica expresso em postagens feitas nas redes sociais do CMHNTM Peru com fotos de manifestações e protestos que sustentam os cartazes com a marca em diferentes partes do mundo, inclusive traduzidas para o inglês e o francês.

Em entrevista concedida em fevereiro de 2019 para o periódico digital espanhol *Actual* o fundador e porta-voz do movimento no Peru, Christian Rosas, explica que o coletivo nasceu a partir da reação de um grupo de cidadãos fartos de ver o avanço ao enfoque de gênero nos planos educativos impostos pelo Estado sem uma contestação à altura. É enfático ao afirmar que “diante da deterioração moral da política e da maioria dos seus atores que observam passiva e covardemente à implementação da mentira” o CMHNTM surge para “formular uma resposta social de impacto político e alcance global, buscando transcender as barreiras de idioma e as fronteiras territoriais” a fim de levantar contra uma “mentira orquestrada globalmente”. Afinal, até mesmo organismos internacionais como a ONU e a OEA que, em suas palavras “em vez de servir aos cidadãos defendendo seus direitos frente ao abuso estatal paulatinamente vêm tomando partido pelo lado do opressor”, colaborando para a imposição de uma agenda de cima para baixo e tentando destruir “a democracia que se desenvolve de baixo para cima” (CÁRDENAS, 2019).

Nesta entrevista, o fundador do *Con Mis Hijos No Te Metas* recorre ao conceito de democracia a fim de criar uma oposição entre as vozes populares que se manifestam nas ruas e nas redes, as vozes que vêm de baixo, contra as “imposições” estatais com respaldo e/ou estímulo de organismos internacionais, as vozes “de cima”, a fim de legitimar um caráter “democrático” ao movimento. Veremos a seguir que poucos meses antes desta entrevista, o CMHNTM havia se envolvido no Peru em torno de uma polêmica justamente sobre o conceito de democracia, mas desta vez democracia significava ingerência política sobre a esfera privada, devendo ser afastada do vocabulário sobre a família e as relações entre os seus membros.

3. A polêmica em torno das “famílias democráticas”

Figura 2 - Jorge Malpartida Tabuchi - El Comercio - 24/05/2019



Na imagem acima vemos manifestantes erguendo os tradicionais cartazes utilizados pelo CMHNTM com dois blocos nas cores azul e rosa e uma mensagem escrita com letras brancas. As três mulheres que vestem camisetas cor de rosa seguram uma faixa que traz a frase: “Não quero ‘famílias democráticas’, quero uma família de verdade”. Este e outros cartazes com frases que se dirigiam nominalmente ao presidente Martín Vizcarra como “Vizcarra, não se ocupe com minha família, ocupe-se com a sua” e “Vizcarra, seu trabalho é governar, não ideologizar” e outras com mensagens dirigidas à sociedade em geral como “Estou aqui por todas as famílias do Peru” fazem parte do material destinado à confecção de bandeiras a serem erguidas na marcha convocada para o dia 15 de novembro de 2018 e outros protestos organizados pelo coletivo, bem como compartilhados em diversos meios digitais. No caso da frase que declara o rechaço a “famílias democráticas”, entre aspas, esta se dirige contra uma ideia que causou grande comoção entre setores conservadores peruanos naquele ano: a vinculação entre os conceitos de família e democracia.

A expressão “famílias democráticas” foi utilizada no Decreto Legislativo nº 1408 para o Fortalecimento e a Prevenção da Violência nas Famílias, emitido pelo presidente Martín Vizcarra no dia 12 de setembro de 2018 e a partir de então movimentos como o CMHNTM, o *Padres en Acción*, a *Fundación para la familia*, entre outros, bem como parlamentares e líderes religiosos manifestaram publicamente seu repúdio ao decreto e aos termos nele contidos. Entre as razões que levaram à indignação destes atores sociais identifica-se a revogação da lei nº 28542, Lei de

Fortalecimento da Família, que para estes já continha tudo o que era necessário para tratar do tema; o emprego de termos como “igualdade de gênero”, “relações inclusivas e igualitárias” e, principalmente, a utilização da expressão “famílias democráticas”.

O decreto se destina à criar um marco normativo para a promoção de políticas públicas e serviços especializados na prevenção da violência doméstica, com vistas a amparar especialmente indivíduos mais vulneráveis dentro das famílias como as mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiências. O decreto cria também o Serviço Integral Especializado para a Prevenção da Violência nas Famílias (SIEF), cuja responsabilidade é compartilhada com os governos provinciais e municipais, contando com o apoio técnico e supervisão do Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis (MIMP). Em suas disposições gerais são estabelecidos o objeto e a finalidade do decreto, bem como o que se entende pela expressão que causou tanta polêmica:

Art. 1 - Objeto. O presente decreto legislativo tem por objeto desenvolver o marco normativo para o desenho, implementação, seguimento, avaliação e institucionalização de serviços especializados, em articulação com os três níveis de governo, para o fortalecimento e a prevenção da violência nas famílias, mediante ações e medidas dirigidas a identificar fatores de risco, administrar os conflitos, erradicar a discriminação e a violência entre seus integrantes, que afetam sua convivência pacífica, democrática e respeitosa.

Art. 2 - Finalidade. O decreto legislativo tem como finalidade contribuir para o fortalecimento de famílias democráticas, de modo que se considerem os interesses e necessidades de todas/os seus integrantes na tomada de decisões, e propiciando relações igualitárias, inclusivas, respeitosas e livres de violência, em harmonia com os direitos consagrados na Constituição Política do Peru e os tratados internacionais em matéria de direitos humanos ratificados pelo nosso país (DECRETO, 2018, p. 10).

No texto, o adjetivo “democrática” faz parte do conjunto de qualidades associadas às relações familiares que se pretende fortalecer: pacíficas, respeitosas, igualitárias, inclusivas, livres de discriminação e de violência, que considerem os interesses de todos e todas as integrantes na tomada de decisões. No entanto, o vocabulário utilizado e a vinculação entre os conceitos de família e de democracia causou indignação por parte destes coletivos, os quais se apresentam como pró-família, e de lideranças religiosas e conservadoras que mais uma vez chamaram a atenção para os riscos de subversão de uma ordem moral “natural”, da interferência do Estado na esfera privada e da imposição daquilo que chamam “ideologia de gênero”. A fim de analisar os conteúdos e referenciais conceituais e morais mobilizados por estes críticos, examinarei mais detidamente as declarações de duas lideranças que se pronunciaram contra os termos do decreto naquela mesma semana em programas de TV: a fala do então arcebispo de Lima, o cardeal Juan Luis Cipriani, no programa *Diálogo de Fe* e a entrevista concedida pela diretora da *Fundación para*

la familia (FAM), Giuliana Caccia, para o noticiário *Buenos días, Perú*.

Em diversas ocasiões o cardeal Juan Luis Cipriani se manifestou sobre temas políticos no programa de televisão *Diálogo de Fe*, exibido nas manhãs de sábado pela *RPP Noticias* e disponibilizado no canal homônimo do YouTube. No programa de 15 de setembro de 2018, questionou os termos empregados no recém publicado decreto, declarando que embora o combate à violência familiar seja uma preocupação importante e com a qual estava de acordo, a terminologia estaria equivocada, lançando então uma série de perguntas: “O que é a família democrática? Que armadilha se introduz com esta expressão? Em sua casa vocês votam para ver se tomam o café da manhã? Elegem quem será o pai ou a mãe?” E conclui que o termo “democrática” seria inadequado para referir-se às relações familiares, pois democracia tem uma conotação política e é uma linguagem, segundo o cardeal, muito fria e incapaz expressar relações fundamentadas no amor (DIÁLOGO, 2018).

Em um determinado momento, o apresentador do programa interpela Cipriani sobre a relação estabelecida no decreto entre a promoção de famílias democráticas e a “erradicação de padrões culturais e práticas sociais”, e o cardeal responde que se em uma família um filho pretende erradicar padrões culturais de seus pais e avós não parece haver interesse em preservar a unidade familiar, citando como exemplos desses possíveis padrões e práticas, o hábito de lavar as mãos, de sentar-se junto à mesa, a especial afeição às figuras da mãe e da avó e o tratamento do bebê recém-nascido como se fosse o Deus dessa família. Contudo, a frase extraída do documento pelo apresentador está incompleta, visto que o decreto se refere a “erradicar padrões culturais e práticas sociais que fomentam a discriminação e a violência contra a mulher e os integrantes do grupo familiar” (DECRETO, 2018: p. 12).

A exclusão do tipo de padrões e práticas que se busca erradicar corrobora, por um lado, para a ficcionalização de um cenário de caos moral em que crianças e adolescentes desrespeitam regras básicas de higiene ou atacam o convívio afetuoso e harmonioso com os seus familiares e, por outro, silencia sobre o risco da defesa da privacidade domiciliar resguardar a família como entidade, mas desamparar os indivíduos que a conformam, particularmente a mulher. É importante salientar que a defesa da privacidade impediu durante muito tempo que garantias válidas para a vida pública fossem aplicadas também dentro das casas, tornando-as um potencial espaço de agressões físicas, psicológicas e simbólicas para seus membros mais vulneráveis (BIROLI, 2014: p. 13).

A procura por conferir visibilidade às diversas formas de violência contra a mulher, dentro e fora do âmbito familiar, e a ampliação dos mecanismos de proteção de sua integridade física e psicológica tem sido pautas de movimentos sociais de mulheres, aparecendo como demanda por parte de organismos internacionais pelo menos desde a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1993. Isto é, antes mesmo da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, quando o termo “gênero” passa a ser ele próprio tema de embate. A Declaração aborda de maneira clara esta modalidade específica de violência, definindo-a como todo ato violento praticado, seja na vida pública ou privada baseado no pertencimento ao sexo feminino, reconhecendo a relevância da cultura de violência contra a mulher para a construção de relações de poder historicamente desiguais que favoreceram a dominação, a discriminação e impediram o desenvolvimento pleno da mulher. Interpelando aos Estados que apliquem políticas dirigidas a eliminar a violência contra a mulher por meio de medidas jurídicas, administrativas e culturais capazes de fomentar a sua proteção e a promoverem ações no campo da educação a fim de modificar pautas sociais e culturais de comportamento e eliminar preconceitos baseados na ideia de inferioridade ou superioridade de um dos sexos e na atribuição de papéis estereotipados ao homem e à mulher (ONU, 1993). A reação conservadora contra a agenda da igualdade de gênero e a defesa do ideal de privacidade pautado na negação dos vínculos entre o público e o privado são algumas das dificuldades enfrentadas para se criar estratégias efetivas de proteção contra a violência e de promoção da igualdade de oportunidades para a mulher.

Giuliana Caccia, diretora e porta-voz da *Fundación para la familia* (FAM) apontou a implementação da “ideologia de gênero” como o interesse que estaria por trás do decreto 1408, além do aparente interesse em combater a violência familiar, pois no seu entendimento todo o tipo de violência que se pretende coibir já estava previsto no Código Penal e, portanto, não havia necessidade de qualquer legislação própria para isto. Na entrevista concedida ao noticiário *Buenos días, Perú*, transmitida pela *Panamericana Televisión* e postada na página do facebook do CMHNTM (ENTREVISTA, 2018), criticou os termos utilizados no decreto, afirmando que o “verdadeiro” interesse do governo era criar uma burocracia a fim de ampliar a interferência do Estado nas relações privadas. Questiona então até que ponto o Estado pretendia intrometer-se na vida cotidiana das famílias peruanas e adverte quanto à impossibilidade deste de aplicar na prática uma lei que garanta que as relações familiares sejam democráticas – tal como uma lei que exigisse

que se escreva com a mão esquerda, é o exemplo usado por ela. Conclui daí que o decreto não teria potencial para realizar o objetivo a que se destinava e não passa de mais uma das estratégias para seguir implementando um enfoque de gênero nas políticas públicas no país.

O recurso a exemplos que apelam para o absurdo ou para o caos moral como os utilizados pelo cardeal Cipriani também são frequentemente mobilizados por Giuliana Caccia nesta entrevista, a fim de deslegitimar o emprego do adjetivo “democráticas” para definir as relações familiares apontadas no decreto. Sua definição de democracia não apenas como um conceito político que não se aplicaria à vida privada e afetiva, mas como sinônimo de “vontade da maioria” serve para reforçar a ideia de uma separação irreversível entre as esferas pública e privada. E, para ilustrar a sua definição de democracia como expressão da vontade da maioria, cria uma situação hipotética de uma família de sete filhos na qual estes decidem comer pizza e alerta para o absurdo que seria se os pais tivessem que acatar esta escolha por se tratar de uma decisão democrática.

Em nenhum momento o decreto 1408 se refere à criação de estratégias para intervir nas relações do cotidiano doméstico ou sugira que as famílias adotem medidas como eleições para definir quem desempenha cada tarefa ou que papel cada membro deva assumir no grupo familiar. No entanto, exemplos ilógicos como: eleições para decidir o que comer, quem lava os pratos e até mesmo quem desempenha o papel de mãe ou de pai; ou declarações alarmistas como a abertura de um caminho para implementar outras leis, que no futuro poderiam promover, por exemplo, o aborto e os tratamentos hormonais para alteração de sexo em adolescentes, sem o consentimento dos pais, aparecem nesses discursos e contribuem para causar medo e fúria por parte de pais e mães que não querem que seus filhos e filhas sejam “doutrinados” e estimulados a homossexualização.

Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para o caráter limitado do conceito de democracia nas falas do então arcebispo de Lima, Juan Luis Cipriani, e da diretora da *Fundación para la familia*. O conceito de democracia e, especialmente, o adjetivo democrático e o verbo democratizar não se resumem a caracterizar o regime político no qual cidadãos possuem o direito de escolher seus governantes através de eleições regulares, mas remetem a processos a partir dos quais determinadas relações – sejam entre governantes e governados ou não – se tornam mais inclusivas, mais justas, mais disponíveis e mais igualitárias. Graças a este caráter de processo, remetem a uma perspectiva de futuro, visto que apontam para direitos e garantias as quais mesmo que não estejam dadas no presente, estão no horizonte daquelas e daqueles que almejam e lutam

para conquistá-las. Desse modo, é limitadora e alarmista a criação da imagem de uma família que para ser democrática deve votar para decidir sobre as coisas mais elementares de sua vida cotidiana ou que permite às crianças e adolescentes impor sua vontade sobre sua mãe, seu pai ou outra pessoa adulta por elas responsável.

Em segundo lugar, a afirmação de que as relações familiares são fundamentadas apenas no afeto e que não mantém qualquer vínculo com a esfera política oculta padrões de autoridade e de subordinação que produziram historicamente assimetrias de gênero. Estas assimetrias possuem continuidades que perpassam a esfera pública e a privada, contribuindo para a redução do campo de possibilidades da mulher e, conseqüentemente, de sua autonomia. Há décadas o pensamento feminista vêm combatendo a crença de que o público e o privado existem como dimensões totalmente distintas, assim como a naturalização de estereótipos que vinculam a mulher ao casamento, à domesticidade, à dedicação prioritária ao cuidado com as crianças. Ao lado da desnaturalização do feminino e do masculino, o conceito de gênero revela que o padrão de família defendido por estes grupos pró-família não é natural, mas uma construção social e institucional que tem uma história, que é ao mesmo tempo a história da valorização dos direitos “da família”, no singular, em detrimento dos direitos dos indivíduos, em especial dos mais vulneráveis, e do preconceito e da desproteção em relação a outras possíveis formas de conformação familiar, por isso as manifestações contra o casamento homoafetivo também estão na mira destes grupos. Flávia Biroli (2014) analisa o discurso da essencialidade da família como uma construção social que perpassa o entendimento não somente dos indivíduos, por sua inclinação natural a viverem em família, mas da sociedade em geral, que teria este padrão familiar como a sua unidade básica e elementar.

O doméstico e o familiar são definidos historicamente e são naturalizados e normalizados por dinâmicas sociais e políticas complexas. Variam em diferentes sociedades, ao longo do tempo, mas também em um mesmo momento histórico, contradizendo as tradições do pensamento político e os discursos religiosos e de forte caráter moral que afirmam sua essencialidade e perenidade para a sociedade (que teria “a família” como unidade básica), para os indivíduos (que tenderiam espontaneamente a viver “em família”) e para as mulheres (que teriam uma preocupação naturalmente diferenciada com a construção e manutenção “da família”, realizando-se nela). (BIROLI, 2014: p.9)

Esta naturalização aparece de modo claro na frase do cartaz veiculado pelo coletivo *Con Mis Hijos No Te Metas* que vimos acima. Ao afirmar não querer “famílias democráticas”, no plural, mas “uma família de verdade”, no singular, a frase expõe tanto o rechaço do movimento aos termos empregados no decreto recém-publicado, ao mesmo tempo em que reafirma a sua

concepção de um ideal único de família: a família “de verdade”, que precisaria reagir para não ser “destruída”.

4. Considerações Finais

Manifestações contrárias à agenda da igualdade de gênero e diversidade sexual, sobretudo na área da educação, vem crescendo em diversos países da América Latina nos últimos anos, adquirindo proeminência no debate político. Este discurso moral que ao mesmo tempo inventa e se opõe à “ideologia de gênero”, expressão que canaliza o temor a um suposto interesse do Estado de promover a sexualização precoce e homossexualização das crianças, contrapõe-se ainda a temas como a descriminalização do aborto, o casamento homoafetivo, a adoção de filhos por casais homossexuais e direitos de pessoas transgênero.

A partir da mobilização de preceitos morais cristãos, especialmente no que se refere a um padrão tradicional de família, coletivos de pais reagem contra a inclusão de temas como a igualdade de gênero e o combate à homofobia nos currículos escolares, levando milhares de pessoas para as ruas e atingindo milhões por meio de postagens nas redes sociais. Na América Latina, movimentos como o *Con Mis Hijos No Te Metas*, nascido no Peru em 2016 e hoje presente em diversos países da região, contribuem para promover um clima de repulsa a políticas públicas que trazem para o debate público temas que, para estes grupos, bem como lideranças políticas e religiosas, deveriam permanecer exclusivamente na esfera privada. A família – entendida como o núcleo formado por um homem no papel de pai, de uma mulher no papel de mãe e dos seus filhos – é chamada a reagir contra a suposta ingerência do Estado. “Estado: não te quero na minha casa, deixe minha família em paz”, diz um dos cartazes disponibilizados em pdf na página oficial do CMHNTM Peru para a confecção de faixas.

Lideranças políticas, religiosas e de movimentos sociais contrárias à agenda da igualdade de gênero e diversidade sexual lançam mão frequentemente de discursos e imagens com forte apelo emocional – por vezes exageradas ou deliberadamente falsas – contribuindo para bloquear esforços de combate às desigualdades de gênero e da violência estimulada e naturalizada por estas desigualdades. Esforços estes construídos desde a década de 1990, e que se afirmaram especialmente durante a primeira década dos anos 2000, que contribuíram para entender o combate a estas desigualdades como responsabilidade do Estado. O que assistimos hoje é o crescimento da reação conservadora contra décadas de lutas pela garantia de direitos das

mulheres, da população negra, indígena, LGBTI, cujos desdobramentos violentos foram tradicionalmente relegados à invisibilidade do mundo privado.

Mesmo quando se afirmam apartidários, movimentos como o CMHNTM vêm favorecendo a ascensão de lideranças políticas ultraconservadoras em vários países latino-americanos, comprometendo a aplicação de projetos, especialmente no campo da educação, para a promoção de uma sociedade mais democrática.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Viviane. Ascensão e crise democrática na América Latina. In: PEREZ, Rodrigo & PINHA, Daniel. *Tempos de crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, pp. 209-246.

BASSET, Yann. Claves del rechazo del plebiscito para la paz em Colombia. In: *Estudios Políticos*, Universidad de Antioquia, n. 52, 2018, pp. 241-265.

BERTONI, Estêvão. 'Tudo é coidadismo', diz Bolsonaro sobre negros, mulheres e nordestinos. *Veja*. 23 out. 2018. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/tudo-e-coitadismo-diz-bolsonaro-sobre-negros-mulheres-e-nordestinos/> Acesso em 05 jun. 2019.

BIROLI, Flávia. *Família: Novos Conceitos*. Coleção o que saber. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 61 n. 1, 2018, pp. 83-94.

CÁRDENAS, Nicolás de. Christian Rosas, fundador de #ConMisHijosNoteMetas. *Actual*. 18 fev. 2019. Disponível em <https://www.actuall.com/entrevista/familia/christian-rosas-fundador-de-conmishijosnotemetas-combatimos-la-imposicion-de-la-mentira/>. Acesso em 04 mar. 2020.

CMHNTM. La homofobia no existe. YouTube. 27 set. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UJy1LL4iQjo> Acesso em em 4 abr. 2020.

DECRETO Legislativo n. 1408 – Decreto Legislativo para el fortalecimiento y la prevención de la violencia en las familias. 12 set. 2018. Disponível em <https://busquedas.elperuano.pe/download/url/decreto-legislativo-para-el-fortalecimiento-y-la-prevencion-decreto-legislativo-n-1408-1690482-1> Acesso em 04 mar. 2020.

DIÁLOGO de fé. Cardenal Juan Luis Cipriani. RPP Notícias. YouTube. 09 out. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7AkAGIdHOD4> Acesso em 4 mar. 2020.

EL POLÉMICO video de Alejandro Ordóñez sobre la ideología de género y la paz. *Semana*. 25 set. 2016. Disponível em <https://www.semana.com/nacion/articulo/alejandro-ordonez-habla-sobre-la-ideologia-de-genero-y-el-proceso-de-paz/495392> Acesso em 05 jun. 2019.

ENCUESTA: Álvarez: 30%; Castro 24,5%; Piza: 11,9%. Luis Manuel Madrigal. *Elmundo.cr*. 16 nov. 2017. Disponível em <https://www.elmundo.cr/costa-rica/encuesta-alvarez-30-castro-245-piza-119/> Acesso em 05 jun. 2019.

ENTREVISTA a Giuliana Gaccia. BDP. 14 set. 2018. Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/ConMisHijosNoTeMetasOficial/videos/2145287385490907/> Acesso em 04 mar. 2020.

FUJIMORISMO respaldó polémica movilización en contra del nuevo currículo escolar. *La Republica*. 3 mar. 2017. Disponível em <https://larepublica.pe/politica/853663-fujimorismo-respalda-polemica-movilizacion-en-contra-del-nuevo-curriculo-escolar/> Acesso em 10 mar. 2020.

GODOY, Marcelo. Um fantasma ronda o Planalto. *Estadão*. 2 abr. 2017. Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/> Acesso em 04 mar. 2020.

GONZÁLEZ VÉLEZ, Ana Cristina e CASTRO, Laura. Colombia: Educación sexual, diversidad y paz: el entramado de la “ideología de género”. In: GONZÁLEZ VÉLEZ, Ana Cristina *et al.* *Develando la retórica del miedo de los fundamentalismos. La campaña “con mis hijos no te metas” en Colombia, Ecuador y Perú*. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 2018.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

LEITE, Vanessa. Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad*. n. 32, ago 2019, pp. 119-142.

MENESES, Daniela. Con Mis Hijos No Te Metas: un estudio de discurso y poder en un grupo de Facebook peruano opuesto a la “ideología de género”. In: *Anthropologica*, n. 42, 2019, pp. 129-154.

MINEDU: Es totalmente falso que el currículo contenía cosas sobre ideología de género. *EducacionenRed*. 29 jan. 2017. Disponível em <https://noticia.educacionenred.pe/2017/01/minedu-es-totalmente-falso-que-curriculo-contenia-cosas-ideologia-genero-sostuvo-114223.html> Acesso em 4 mar. 2020.

MUJICA, Jaris. La tradición y la vida. Sobre los grupos conservadores y la democracia contemporánea. In: VAGGIONE, Juan Marco (org). *El activismo religioso conservador en Latinoamérica*. Coleccion Religión, Género y Sexualidad. Córdoba: Ferreyra Ed., 2010.

ONU. Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer. 20 dez. 1993. Disponível em <https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx> Acesso em 05 mar. 2020.

PERAZZO, Pablo Augusto. Los engaños de la ideología de género. *VIVE!* 11 mai. 2018 <https://revistavive.com/los-enganos-la-ideologia-genero/> Acesso em 04 mar. 2020.

PRN. Plano de governo “Costa Rica ¡Hagámalos juntos!”, 2018. Disponível em

<https://www.elmundo.cr/costa-rica/sabe-por-quien-votar-aqui-los-13-planes-de-gobierno-de-los-candidatos/> Acesso em 05 jun. 2019.

RESOLUCIÓN Ministerial. Disponível em <http://www.minedu.gob.pe/curriculo/pdf/rm-n-159-2017-minedu.pdf> Acesso em 04 mar. 2020.

SÁEZ, Macarena Sáez. MORÁN FAÚNDES, José Manuel. *Sexo, Delitos y Pecados: Intersecciones entre religión, género, sexualidad y el derecho en América Latina*. Washington, D.C.: Center for Latin American & Latino Studies, 2016.

Viviane da S. Araujo: Professora do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Artigo recebido para publicação em: Abril de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: Abril de 2020.

Como citar:

ARAUJO, Viviane da S.. Não se meta com meus filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana. *Revista Transversos*. “Dossiê: **Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática**”. Rio de Janeiro, n°. 18, 2020. pp. 86-. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.50331.

